Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Alterações significativas	10
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	28
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	29
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

5.1. - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e taxas de juros

Visão geral – Fatores de Risco

A Companhia está exposta a fatores de riscos estratégico-operacionais e também econômicos financeiros.

Os riscos estratégico-operacionais são fundamentados pelo modelo de gestão da Companhia e se materializam em, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria e atuação governamental.

Comportamento de variáveis macroeconômicas tais como, preço dos metais (alumínio, cobre, estanho e níquel), taxas de câmbio e de juros, que afetam diretamente a operação, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza são a vertente dos riscos econômico-financeiros aos quais a Companhia está exposta. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia, tendo como referência políticas globais do Grupo.

Tais riscos são geridos de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Os principais riscos financeiros considerados e abordados pela gestão da alta administração são:

- Risco operacional;
- Risco de capital;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de flutuação nas taxas de juros;
- Risco de flutuação nas taxas de câmbio;
- Risco de mercado, oscilações de preços de insumos (Commodities).

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco operacional

Risco operacional é o risco de danos ou prejuízos, diretos ou indiretos, originados de todas as operações da Companhia e decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos (exceto riscos de crédito, de mercado e de liquidez), como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A Companhia possui um Centro Tecnológico com o objetivo de prospectar sobre a necessidade de reestruturação de processo e readequação de engenharia de produção, minimizando os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro e danos à sua reputação, buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional a Companhia. Adicionalmente a companhia tem áreas administrativas empenhadas na constante análise de seus processos.

Risco de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações.

Para a otimização do custo médio ponderado do capital, associado à minimização dos riscos de liquidez, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento, avaliando a proporcionalidade deste em relação ao capital próprio, bem como comparativamente, os custos efetivos de captação considerando as opções gerenciais que a Companhia possui.

Risco de liquidez

É aquele originado de eventuais dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é o de garantir que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob quaisquer condições do mercado, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir com suas obrigações nos prazos acordados.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perdas financeiras da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Tal risco surge principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes, por depósitos à vista e por aplicações financeiras.

No tocante às suas vendas, a Companhia opera em dois mercados distintos:

- mercado de equipamento original (OEM), no qual a Companhia entende que a possibilidade de experimentar perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil financeiro desses clientes (montadoras e outras empresas de atuação mundial);
- mercado de peças para reposição (aftermarket), onde a Companhia entende haver maior risco de inadimplência, logo, adota uma política de crédito para clientes, administrando a exposição de cada um, incluindo análise de verificação de crédito, em sistema de gestão, anterior a qualquer faturamento. Isso resulta em níveis de perdas com recebíveis bastante reduzidos. Para clientes que apresentam maior risco de crédito, a Companhia tem como política solicitar a estes que, antes da concretização de uma venda, apresentem cartas de crédito ou outras formas de garantia ou realizem o pagamento antecipado.

A participação de cada cliente nas vendas totais da Companhia é bastante reduzida, não havendo qualquer cliente que, individualmente, represente mais de 10% das vendas.

Para os demais instrumentos financeiros os saldos apresentados, tais como caixa e depósitos a vista e aplicações financeiras, são pulverizados em diversas instituições financeiras (considerados bancos de primeira linha - classificados com avaliação "AAA" por agências nacionais de risco). Adicionalmente, a Companhia possui junto à maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos.

A Administração entende que não há risco significativo no qual a Companhia está exposta no que tange a avaliação e mensuração do risco de crédito, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Risco de mercado

Eventuais restrições políticas, o surgimento de novos concorrentes e alteração significativa no cenário macroeconômico são os principais componentes deste risco.

Para minimizar eventuais impactos deste risco, a Companhia busca gerenciar as expectativas de faturamento e resultados de forma mais conservadora possível em relação ao cenário nacional e global.

Historicamente, o governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Dessa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ser gerados efeitos adversos nas operações e/ou situação financeira da Companhia, assim como o valor de mercado de suas ações. A economia brasileira, marcada por frequentes e significativas intervenções do governo federal em relação às políticas monetária, de crédito, fiscal. Geralmente envolvem, entre outras medidas, aumentos e reduções nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, desvalorização e valorização de moeda, controle de preços, controle no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e produtos importados.

A incerteza quanto à implementação de mudanças nas políticas e normas governamentais que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, podendo afetar diretamente os negócios da Companhia, seu resultado operacional, condição financeira, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão.

Os acontecimentos de âmbito mundial também podem afetar adversamente a economia brasileira e países de economia emergente, pois, a percepção de riscos, sobretudo nos Estados Unidos e China influencia em diferentes graus, as condições de mercado como por exemplo dificultar ou impedir o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro. Condições econômicas adversas em outros mercados emergentes também podem resultar em saídas significativas de recursos do Brasil ao exterior.

Crises em outros países (exemplo mercado Argentino) podem dificultar ou impedir seu acesso afetando negativamente os seus resultados operacionais, seu valor de mercado e sua condição financeira.

Para minimizar eventuais impactos decorrentes deste risco, a Companhia busca gerenciar as expectativas de faturamento e resultados de forma mais conservadora possível em relação cenário global.

A Administração da Companhia tem como prática a elaboração de um Plano Econômico (*Budget*) para o ano seguinte, além de um Plano Estratégico para mais quatro anos a partir do *Budget*. Tais planos são coordenados e consolidados globalmente pela Matriz na Alemanha em conjunto com a alta administração local. A execução do Plano Econômico é acompanhada constantemente com revisões periódicas.

Risco de flutuação nas taxas de juros

É o risco originado na simples possibilidade de a Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Taxas de juros normalmente são associadas ao nível de inflação e o efeito desta e das medidas governamentais destinadas a combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica, podendo afetar negativamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Brasil vivenciou historicamente índices de inflação extremamente altos. A inflação, juntamente com as medidas governamentais para combatê-la, afetou negativamente todos os setores da economia brasileira. Se o Brasil experimentar altos níveis de inflação no futuro, o ritmo de crescimento da economia poderá desacelerar, propiciando o aumento de custos e despesas e impactando o preço final dos produtos da Companhia. A impossibilidade do repasse integral de tais aumentos aos produtos e serviços aos clientes da Companhia poderá afetar os negócios, margens, resultado e condição financeira da mesma. A demanda pelos produtos da Companhia depende significativamente da disponibilidade de crédito para os consumidores finais de seus produtos, portanto, um incremento nas taxas de juros e/ou uma redução nos prazos de financiamento ao consumidor podem afetar os resultados, uma vez que tais fatores tendem a reduzir as vendas de veículos, o que por sua vez reduz a demanda pelos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.

Sob a perspectiva de seu endividamento, a maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, ou seja, 81,6% em 31 de dezembro de 2013 estão atrelados a taxas fixas de juros (BNDES-Exim e a linha de Nota de Crédito a Exportação). Portanto, apenas 18,4% do endividamento da Companhia naquela data (R\$ 89,7 milhões) estavam atrelados a taxas variáveis de juros, logo, impacto de uma elevação das taxas de juros nas despesas financeiras e no resultado da Companhia é pouco expressivo ainda mais se considerarmos que a Companhia tinha aplicações, n'aqula data, de R\$ 184,4 milhões atrelados ao CDI.

Risco de flutuação nas taxas de câmbio

É composto pela possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia através da venda e compra de produtos e insumos no mercado externo.

A instabilidade cambial pode afetar adversamente a economia brasileira, logo, a Companhia é diretamente afetada por flutuações nas taxas de câmbio, já que uma parte significativa da sua receita líquida é proveniente de exportações, pois, a Companhia pode ser considerada exportadora líquida, ou seja, as suas exportações superam as suas importações. Ainda que uma parte substancial de seus custos com matérias primas esteja ligada aos preços do mercado internacional, que tem um efeito de compensação em relação à sua receita de exportações.

A excessiva valorização do real frente a outras moedas como o dólar norte-americano e o euro pode afetar negativamente as suas exportações, na medida em que aumenta o preço final de seus produtos nestas moedas, fazendo com que seus produtos exportados se tornem menos competitivos do que aqueles oriundos de países com taxas de câmbio menos valorizadas. A fim de evitar perdas significativas de participação de mercado nos seus principais mercados exportadores, a Companhia poderá ser obrigada a reduzir suas margens de lucro para aumentar a competitividade de seus produtos frente aos produtos exportados pelos seus competidores em países com moedas desvalorizadas.

Por outro lado, a depreciação do real frente ao dólar norte americano ou a outras moedas pode criar pressões inflacionárias no Brasil e levar a aumentos nas taxas de juros, que podem afetar negativamente a economia brasileira como um todo bem como suas operações e resultados. Exemplo: desvalorização do Contas a Receber de vendas no mercado externo.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora juntamente com a tesouraria corporativa do Grupo, as exposições em moeda estrangeira e gerenciam o risco avaliando constantemente a necessidade da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (derivativos). A exposição de risco aceitável e os instrumentos de proteção a serem utilizados são definidos em política global do Grupo.

A Companhia contrata instrumentos de proteção tanto para as exposições cambiais oriundas das operações incorridas (Fluxo de caixa efetivo) quanto para exposições oriundas das expectativas traçadas no Plano Econômico (Fluxo de caixa orçado).

Risco de mercado, oscilações de preços de insumos (Commodities)

A oscilação nos preços das principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia, alumínio, cobre e níquel, é o objeto do risco ora tratado.

Para minimizar e gerenciar este risco a Companhia se utiliza da contratação de operações de derivativos para proteção de oscilações de preços dessas matérias-primas, em cumprimento à política de hedging pré-estabelecida pela Matriz.

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações do preço das commodities utilizadas em seus processos produtivos. No segmento de componentes de motores, os insumos metálicos, principalmente alumínio, cobre, estanho e níquel, têm grande peso no custo de produtos vendidos da Companhia. No segmento de filtros, papéis filtrantes e resinas compõem os principais

insumos e a variação de preços de tais insumos tende a ter um impacto relevante no custo de produtos vendidos deste segmento.

5.2 - Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

(a) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos decorrentes da oscilação nas taxas cambiais e seus efeitos nos ativos e passivos em moeda estrangeira da Companhia, bem como da flutuação dos preços das commodities adquiridas pela Companhia.

(b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Hedge de Moedas

As metas de cobertura cambial da Companhia visam garantir a realização do plano econômico (Fluxo de Caixa Orçado) assim como a posição de Fluxo de Caixa Efetivo, com taxas de câmbio favoráveis, utilizando diferentes níveis e horizontes temporais (minimização de riscos).

A posição de risco operacional líquida, denominada FX-Exposure, é definida como os riscos de câmbio incluídos nas posições definidas de caixa positivo e negativo.

A execução das operações desse *hedge* deve obedecer aos seguintes critérios:

Nível 1:

Cobertura de 25% dos riscos líquidos assim que são identificados com base nos dados do plano econômico. Esta faixa de percentuais deve ser atingida ao final de cada mês, visando garantir a cobertura dos riscos identificados para os 24 (vinte e quatro) meses seguintes em relação à data base.

Nível 2:

Cobertura de 50% dos riscos líquidos do 7º ao 9º mês em relação à data base (incluindo nível 1).

Nível 3

Cobertura de 75% dos riscos líquidos do 1º ao 6º mês em relação à data base (incluindo níveis 1 e 2).

Nível 4:

Cobertura de 100% da exposição conforme apuração do saldo (ou seja, posição contabilizada) entre as exportações e importações realizadas e em aberto.

Hedge de Matérias Primas Metálicas (Commodities)

Os objetivos de proteção da Companhia e suas controladas visam garantir a realização do plano econômico, com preços de matérias-primas favoráveis, em diferentes níveis e horizontes temporais (minimização de riscos). As realizações das operações desse *hedge* devem ocorrer em bases trimestrais lastreadas nas apurações do plano econômico, e obedecer aos seguintes critérios:

Ano 1:

- 1º e 2º Trimestres futuros em relação à data base: cobertura de até 75% dos riscos líquidos identificados;
- 3º Trimestre futuro em relação à data base: cobertura de até 50% dos riscos líquidos identificados;
- 4º Trimestre futuro em relação à data base: cobertura de até 25% dos riscos líquidos identificados.

Ano 2 / Ano 3 - oportunidades:

Realização de operações de *hedge*, também em bases trimestrais, lastreadas nas apurações do plano econômico para o segundo e para o terceiro anos subsequentes a data base, desde que a Companhia entenda que estas contratações sejam oportunas, pautadas em médias históricas dos preços dos metais:

Para esse período a cobertura máxima é de 25% dos riscos líquidos identificados.

Os percentuais acima deverão ser rolados trimestralmente para os próximos períodos, visando manter a cobertura média em torno de 56% da exposição total para os próximos 12 meses em relação à data base.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para se proteger das oscilações das taxas de câmbio que geram efeitos significativos sobre os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira já registrada no seu balanço patrimonial, a Companhia adquire contratos a termo (non-deliverable forwards).

A Companhia também adquire *non-deliverable forwards* para proteger os fluxos de caixa projetados expostos ao câmbio que a Companhia estima incorrer no futuro com exportações e importações esperadas para o futuro.

Para se proteger dos riscos de flutuação dos preços das *commodities* empregadas na fabricação de seus produtos, em especial níquel, alumínio, cobre e estanho, a Companhia contrata instrumentos de *swap* de *commodities*.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza como parâmetro as taxas praticadas no mercado, sejam elas de câmbio ou de juros, bem como os preços de matérias-primas praticados no mercado internacional. Também são analisados os fundamentos econômicos locais em conjunto com cenário macroeconômico mundial, com análises fundamentalistas, gráficas e de tendências.

Aliado a estes instrumentos, a Companhia utiliza parâmetros previamente definidos no Plano Econômico (taxa de juros, taxas de câmbio e preços das matérias-primas), visando a assegurar os resultados nele determinados.

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia e suas controladas não operam instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um Comite Global e um Regional para tratar de Hedging de moeda além de um comitê para tratar de hedging de matérias (metais) definidos em políticas globais. Dessa forma as atividades de gerenciamento das operações de risco envolvendo oscilações de moeda e variações de preço de commodities metálicas seguem uma política formal baseada na Política Global do Grupo. Inclui sistemas de controle e de determinação das posições (local e global) sobre gestão da administração da Companhia. É analisada a demanda pela contratação de derivativos tomando-se as decisões. Neste contexto de decisão participam membros dos departamentos de Finanças, Compras, Controladorias, Diretoria Financeira e Diretoria Operacional. Globalmente as posições de risco e instrumentos são acompanhadas através de sistema centralizador de informações.

Todas as operações com instrumentos financeiros de derivativos negociados junto às instituições financeiras são documentadas em formulário específico e registradas contabilmente.

Adicionalmente, a Companhia tem como política segregar as funções das pessoas que participam no processo de contratação e acompanhamento dos instrumentos financeiros de derivativos. Segundo tal política, uma mesma pessoa não deve realizar mais de uma das seguintes tarefas em relação a uma mesma operação: negociação, contratação, pagamentos ou recebimentos e contabilizações.

A grande maioria das contratações é realizada em um sistema eletrônico, onde, cada atividade é registrada de forma automática (colocação de ordens, recebimentos de ordens pelas contrapartes, precificação e conclusão do negócio).

(g) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Quanto à efetividade da política adotada, no que se refere às operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, esta é controlada mensalmente pelo Diretor Financeiro e pela Tesouraria na Matriz, sendo corroborada trimestralmente pela auditoria externa (instituição independente), através de relatórios e demonstrativos financeiros os quais são analisados e validados de acordo com a legislação contábil vigente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

No último exercício social, não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas ou em sua política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não vislumbra a existência de quaisquer informações relevantes relacionadas a riscos de mercado não referidas nos itens 5.1 a 5.3 acima.

PÁGINA: 10 de 44

10.1. — Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras apresentadas neste item refletem os dados relativos às demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, preparadas de acordo com o IFRS e auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes para os exercícios de 2011 e 2012 e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para o exercício de 2013.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2013 a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 201,5 milhões. O aumento do lucro líquido em relação ao ano anterior (R\$ 179,2 milhões) foi decorrente basicamente de um incremento da receita líquida de vendas, da desoneração da folha de pagamento no custo dos produtos vendidos, bem como de melhorias operacionais.

O patrimônio líquido em 2013 foi de R\$ 1.374,3 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 56,6%, significando um nível de condição financeira e patrimonial geral sólida para atuar em um ambiente altamente competitivo.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 262,9 milhões, dos quais 99,8% em moeda local, e apresentou uma redução de R\$ 88,5 milhões em comparação ao ano anterior. Em 2013 o perfil do endividamento foi alterado significativamente e a participação no financiamento de longo prazo aumentou de 41% para 85% do total. O endividamento líquido da Companhia foi reduzido em 25,2%, de R\$ 351,4 milhões para R\$ 262,9 milhões ao final de 2013, em virtude da geração líquida de caixa no montante de R\$ 88,5 milhões.

Deste modo, seu patrimônio líquido é igual a 2,8 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo na mesma data, enquanto que seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2013 e seu passivo circulante nessa mesma data, é de 2,6 vezes.

Em 2012 a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 179,2 milhões. A redução do lucro líquido em relação ao ano anterior (R\$ 188,7 milhões) foi decorrente basicamente de um efeito não recorrente no ano anterior de R\$ 13,2 milhões, relativo a ganhos e reversões de processos trabalhistas e fiscais.

O patrimônio líquido em 2012 foi de R\$ 1.352,4 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 57,0%, significando um nível de condição financeira e patrimonial geral sólida para atuar em um ambiente altamente competitivo.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 351,4 milhões, dos quais 99,7% em moeda local, e apresentou uma redução de R\$ 3,9 milhões em comparação ao ano anterior. Em 2012 o perfil do endividamento foi alterado e a participação no financiamento de longo prazo aumentou de 30% para 41% do total. Além disso, devido às amortizações, a dívida total foi reduzida de R\$ 698,3 milhões para R\$ 488,5 milhões em comparação ao ano anterior.

Da mesma forma, em 2012 o patrimônio líquido era de 2,8 vezes o total geral dos empréstimos e o índice de liquidez era de 1,6 vezes.

Em 2011 a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 188,7 milhões. A melhoria significativa do lucro líquido em relação ao ano anterior (R\$ 83,7 milhões) foi decorrente das atividades operacionais da MAHLE Participações Ltda., melhor desempenho operacional, crescimento da receita líquida de vendas, cenário econômico interno favorável e de uma recuperação gradativa dos mercados internacionais.

O patrimônio líquido em 2011 foi de R\$ 1.339,5 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 52,3%, significando um nível de condição financeira e patrimonial geral sólida para atuar em um ambiente altamente competitivo.

PÁGINA: 11 de 44

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 355,3 milhões, dos quais 96,8% em moeda local, e apresentou um aumento de R\$ 33,5 milhões em comparação ao ano anterior. A geração líquida de caixa da Companhia ao longo do ano proporcionou um aumento no nível de aplicações financeiras, e permitiu a distribuição significativa de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, praticamente mantendo-se a estrutura de capital em bases sólidas. O aumento dos financiamentos de curto prazo foi decorrente do início das amortizações em setembro de 2011 dos programas BNDES-Exim. O endividamento líquido da Companhia foi aumentado em 10,4%, de R\$ 321,8 milhões para R\$ 355,3 milhões ao final de 2011.

Por sua vez, em 2011 o patrimônio líquido era de 1,9 e o total geral dos empréstimos e o índice de liquidez era de 1,4 vezes.

As condições gerais acima serão explicitadas no item 10.1.h., bem como as informações dos exercícios sociais de 2012 e 2011.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era igual a 56,6% do seu ativo total naquela data, comparado a um patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 igual a 57,0% de seu ativo total naquela data. Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido correspondia a 52,3% do ativo total.

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 1.374,3 milhões, tendo um aumento de R\$ 21,9 milhões, ou 1,6%, em comparação aos R\$ 1.352,4 milhões de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012. Em 2012, o patrimônio líquido aumentou R\$ 12,9 milhões, ou 1,0%, passando de R\$ 1.339,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1352,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, praticamente mantendo-se o patrimônio líquido neste período.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 413,8 milhões, com um aumento de R\$ 212,1 milhões, ou 105,2%, em comparação aos R\$ 201,7 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012, decorrentes basicamente da alteração do perfil de endividamento. Em 31 de dezembro de 2011 os empréstimos de longo prazo eram de R\$ 206,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia totalizavam R\$ 74,5 milhões, tendo diminuído R\$ 212,3 milhões, ou 74,0%, em comparação aos R\$ 286,8 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2012. Esta diminuição decorreu principalmente da alteração no perfil do endividamento. Os empréstimos de curto prazo em 31 de dezembro 2011 eram de R\$ 491,9 milhões.

A capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2013, assim entendida como a soma de seu patrimônio líquido e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, era igual a R\$ 1.862,5 milhões, tendo aumentado R\$ 21,6 milhões, ou 1,2%, em relação à capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2012 que era de R\$ 1.840,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 a capitalização total da companhia era de R\$ 2.037,8 milhões.

O Estatuto Social da Companhia não prevê hipóteses de resgate das ações de sua emissão. Assim, além das hipóteses legalmente previstas, não há nesta data quaisquer outras possibilidades de resgate de ações de sua emissão.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

PÁGINA: 12 de 44

Nesta data, todas as obrigações contratuais da Companhia previstas nos seus empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimo e financiamentos de curto prazo da Companhia somavam R\$ 74,5 milhões, sendo que na mesma data a Companhia possuía R\$ 220,9 milhões em caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 os empréstimos e financiamentos de curto prazo eram de R\$ 286,8 milhões, e de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 137,1 milhões.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$ 413,8 milhões, o que, somado aos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo, totalizavam R\$ 488,3 milhões em empréstimos e financiamentos. A administração da Companhia acredita que suas disponibilidades e valores equivalentes, aliado à sua geração de caixa operacional, cujo saldo tem sido historicamente positivo, são suficientes para honrar seus compromissos financeiros nas suas respectivas datas de vencimento, bem como contratar novos financiamentos e aumentar o seu nível de endividamento caso opte por fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2012 os empréstimos de curto prazo e longo prazo totalizaram R\$ 488,5 milhões.

Adicionalmente, a razão entre o EBITDA ajustado de 2013 e o endividamento líquido em 31 de dezembro de 2013 era de 1,7 para 1 o que dá sustento à capacidade financeira da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros em suas respectivas datas de vencimento.

Da mesma forma, seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 era igual a 2,8 vezes os seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo naquela mesma data, enquanto que seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante em 31 de dezembro de 2013 e seu passivo circulante naquela data, era de 2,6 vezes. Em 2012 o patrimônio líquido era de 2,8 vezes o total geral dos empréstimos e o índice de liquidez eram de 1,6 vezes. Em 2011 eram de 1,9 e 1,4 vezes, respectivamente.

A tabela a seguir mostra as principais obrigações contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 (em milhões de reais)

		_	. .		•
- -	Menos de			Mais de 5	
Obrigação contratual	1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e					
financiamentos	74,5	413,8	_	_	488,3
Total	74,5	413,8		_	488,3

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes

A geração de caixa operacional aliada aos empréstimos e financiamentos de longo prazo, particularmente os obtidos junto ao BNDES e bancos privados, sob taxas e prazos facilitados, têm sido as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 413,8 milhões, com aumento de R\$ 212,1 milhões (+105,2%), em comparação aos R\$ 201,7 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 74,5 milhões, tendo diminuído R\$ 212,3 milhões (-76,0%), em comparação aos R\$ 286,8 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2012. Esta diminuição

PÁGINA: 13 de 44

decorreu principalmente de amortizações de principal de financiamentos e alteração no perfil do endividamento, com um aumento de participação dos financiamentos de longo prazo de 41% para 85%.

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 201,7 milhões, com queda de R\$ 1,9 milhão, ou -2,3%, em comparação aos R\$ 206,4 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam o montante de R\$ 286,8 milhões, tendo diminuído R\$ 205,1 milhões, ou -41,7%, em comparação aos R\$ 491,9 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2011. Esta diminuição decorreu principalmente de amortizações de principal de financiamentos e alteração no perfil do endividamento, com um aumento de participação dos financiamentos de longo prazo de 30% para 41%.

Em 31 de dezembro de 2011, nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam R\$206,4 milhões, com queda de R\$262,5 milhões, ou 56,0%, em comparação aos R\$468,9 milhões de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2010.

Ocasionalmente a Companhia pode optar por financiar seu capital giro por meio de empréstimos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2011, eles totalizavam o montante de R\$491,9 milhões, tendo aumentado R\$323,3 milhões, ou 191,8%, em comparação aos R\$168,6 milhões de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2010. Este aumento decorreu principalmente de ingressos de financiamentos, amortizações de principal de financiamentos e de reclassificação de financiamentos de longo prazo para curto prazo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui linhas de capital de giro aprovadas que, em 31 de dezembro de 2013, somavam R\$ 74,7 milhões sendo que em 2012 essa linha apresentava saldo de R\$ 114,3 milhões. Estas linhas foram contratadas pelas subsidiárias da Companhia, MAHLE Hirschvogel Forjas S.A., MAHLE Filtroil Ltda. e MAHLE Argentina S.A., para financiar a liquidez destas controladas. No caso da MAHLE Filtroil Ltda., R\$ 6,4 milhões estavam em aberto em 31 de dezembro de 2012, sendo que não havia saldo disponível para novos desembolsos naquela data, além da expectativa da redução desse limite (vide item g).

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 413,8 milhões contra R\$ 201,7 milhões em 2012.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia (82%) foi contratada por meio da linha Exim do BNDES, assim como Nota de Crédito à Exportação (NCE), contratadas junto a bancos comerciais, para financiamento de exportação, com prazo médio de 3 anos e taxa de juros fixa de 5,5% ao ano. Estes empréstimos foram contraídos em moeda nacional e são atrelados à moeda brasileira.

Durante o exercício de 2013, foram tomadas pela Companhia cinco *tranches* da linha Exim do BNDES, totalizando R\$ 200 milhões, além de quatro tranches de NCE no total de R\$ 184 milhões. O custo destas *tranches* (BNDES e NCE) foi de 5,5% a.a. com prazo de carência de cerca de 30 meses, com um acréscimo de 6 meses de amortizações, totalizando 36 meses de operação. Os desembolsos dessas linhas de financiamento ocorreram entre os meses de fevereiro e julho de 2013.

PÁGINA: 14 de 44

Durante o ano de 2013 a Companhia liquidou um (de dois) empréstimo da linha FINEM do BNDES, utilizado na construção do Centro Tecnológico da Companhia localizado em Jundiaí, bem como para pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Esse empréstimo era atrelado à variação da TJLP acrescida de juros de 2,3% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2013 do empréstimo remanescente para o financiamento da construção desse Centro Tecnológico era de R\$ 14,4 milhões, com prazo final das amortizações em outubro de 2016. Tal empréstimo é atrelado à variação da TJLP acrescida de juros de 1,4% a.a.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam R\$ 74,5 milhões (15% do total) em 31 de dezembro de 2013, sendo que nenhuma contratação, quando individualmente considerada, era relevante nessa data. A Companhia possui diversas modalidades de empréstimos e financiamentos de curto prazo, entre eles financiamentos de capital de giro e adiantamento de contratos de exportação (ACE) e de câmbio (ACC). Essas modalidades compõem a totalidade dos empréstimos de curto prazo, visto que toda captação linha Exim do BNDES e NCE compõem o longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia também possuía empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira, que totalizam R\$ 1,2 milhão, ou 0,3% de todos os seus empréstimos e financiamentos. Portanto, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia possuem baixa relevância em relação ao total de seus empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 201,7 milhões (R\$ 206,4 milhões em 2011).

A maior parte dos empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia foi contratada por meio da linha Exim do BNDES para financiamento de exportação, com prazo médio de 3 anos e taxa de juros fixa de 8,0% ao ano. Estes empréstimos foram contraídos em moeda nacional e são atrelados à moeda brasileira.

Durante o exercício de 2012, foram tomadas pela Companhia quatro *tranches* da linha Exim do BNDES, totalizando R\$ 150 milhões. O custo destas *tranches* foi de 8,0% a.a. com prazo de carência de 30 meses, com um acréscimo de 6 meses de amortizações, totalizando 36 meses de operação. Os desembolsos pelo BNDES ocorreram nos meses de julho e agosto de 2012.

Foram tomadas outras duas tranches da linha FINEM do BNDES, no valor total de R\$ 4,3 milhões nos meses de maio e dezembro de 2012. A taxa de juros destas *tranches* está atrelada a variação da TJLP acrescida de juros de 1,4%. Estas liberações referem-se a mais duas parcelas do financiamento da construção do Centro Tecnológico da Companhia localizado em Jundiaí, bem como pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

O saldo em 31 de dezembro de 2012 para o financiamento da construção desse Centro Tecnológico era de R\$ 22,8 milhões, com prazo final das amortizações em outubro de 2016.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam R\$ 286,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, sendo que nenhuma contratação, quando individualmente considerada, era relevante em 31 de dezembro de 2012. A Companhia possui diversas modalidades de empréstimos e financiamentos de curto prazo, entre eles financiamentos de capital de giro e adiantamento de contratos de exportação (ACE) e de câmbio (ACC). Dos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo, parte relevante era fruto da reclassificação da parcela dos empréstimos e financiamentos de longo prazo contratados junto ao BNDES que vencem no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia também possuía empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira, que totalizam R\$ 1,5 milhão, ou 0,3% de todos os seus empréstimos e

PÁGINA: 15 de 44

financiamentos. Portanto, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia possuem baixa relevância em relação ao total de seus empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2011, nossos empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam R\$206,4 milhões.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia foi contratada por meio da linha EXIM do BNDES para financiamento de exportação, com prazo médio de 3 anos e taxa de juros fixa entre 4,5% e 9,0% ao ano, sendo a média de 5,6%. Estes empréstimos foram contraídos em moeda nacional e são atrelados ao real.

Durante o exercício de 2011, foram tomadas pela Companhia duas *tranches* da linha EXIM do BNDES, totalizando R\$150 milhões. O custo destas *tranches* é de 9,0% a.a. com prazo de carência de 12 meses, com um acréscimo de 12 meses de amortizações, totalizando 24 meses de operação. Os desembolsos pelo BNDES ocorreram nos meses de maio e junho de 2011.

Destacamos ainda, a tomada de outras duas tranches da linha FINEM do BNDES no valor total de R\$6,9 milhões nos meses de maio, agosto e dezembro de 2011. A taxa de juros destas *tranches* está atrelada a variação da TJLP acrescida de juros de 1,4%. Estas liberações referem-se a mais duas parcelas do financiamento da construção do nosso Centro Tecnológico de Jundiaí e pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 para o financiamento da construção desse Centro Tecnológico era de R\$ 29,8 milhões, com prazo final de amortizações em outubro de 2016.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam R\$491,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, sendo que nenhuma contratação, quando individualmente considerada, era relevante em 31 de dezembro de 2011. A Companhia possui diversas modalidades de empréstimos e financiamentos de curto prazo, entre eles financiamentos de capital de giro e adiantamento de contratos de exportação (ACE) e de câmbio (ACC). Dos nossos empréstimos e financiamentos de curto prazo, parte relevante era fruto da reclassificação da parcela dos empréstimos e financiamentos de longo prazo contratados junto ao BNDES que vencem no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia também possuía empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira, que totalizam R\$30,8 milhões, ou 4,5%, de todos os seus empréstimos e financiamentos. Portanto, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia possuem baixa relevância em relação ao total de seus empréstimos e financiamentos.

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia ou subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos 3 últimos exercícios sociais, razão pela qual os diretores não comentam a respeito.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") existentes nos contratos de financiamento firmadas pelo emissor, nos exercícios sociais findos em 31/12/2013, 31/12/2012 e 31/12/2011.

q) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites pré-estabelecidos para linhas de financiamento em geral. Uma das poucas linhas de financiamentos com limites é a linha de capital de giro da MAHLE Filtroil Ltda. referida no item 10.1(e) acima. Dada à existência de demandas judiciais na Filtroil, a renovação de tais linhas está sendo prejudicada. É esperada sua redução em cerca de R\$ 480 mil já no primeiro trimestre de 2014.

PÁGINA: 16 de 44

Os percentuais utilizados dos financiamentos contratados perfazem 100% em 2013, 100% em 2012, e 99,1% em 2011. O percentual de 0,9% não utilizado em 2011, no valor de R\$ 6,0 milhões, é referente ao contrato de financiamento para pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir contêm informações extraídas dos balanços patrimoniais da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)						
	31.12.1	13	31.12.1	2	31.12.11	
ATIVO	2.427,7	AV% (a)	2.370,8	AV% (b)	2.563,2	AV% (c)
Circulante	1.031,0	42,5%	942,5	39,8%	1.135,6	44,3%
Caixa e equivalentes de caixa	34,0	1,4%	50,4	2,1%	41,1	1,6%
Aplicações Financeiras	186,9	7,7%	86,7	3,7%	301,9	11,8%
Contas a Receber	380,2	15,7%	391,6	16,5%	358,8	14,0%
Estoques	314,8	13,0%	311,4	13,1%	339,1	13,2%
Tributos a Recuperar	74,5	3,1%	79,5	3,4%	73,6	2,9%
Ativos destinados a venda	16,7	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
Outros Ativos Circulantes	23,9	1,0%	22,9	1,0%	21,1	0,8%
Não circulante	1.396,7	57,5%	1.428,3	60,2%	1.427,6	55,7%
Estoques	-		-		-	
Ativos Biológicos	-		-		-	
Tributos Diferidos	5,3	0,2%	4,1	0,2%	11,1	0,4%
Despesas Antecipadas	_		-		-	
Créditos com Partes Relacionadas	4,5	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
Outros Ativos Não Circulantes	29,6	1,2%	19,3	0,8%	19,8	0,8%
Investimentos	-	0,0%	0,4	0,0%	0,4	0,0%
Imobilizado	747,1	30,8%	767,0	32,4%	753,8	29,4%
Intangível	610,2	25,1%	637,5	26,9%	642,5	25,1%
PASSIVO	2.427,7	100,0%	2.370,8	100,0%	2.563,2	100,0%
Circulante	402,9	16,6%	592,1	25,0%	809,1	31,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	85,4	3,5%	78,6	3,3%	88,5	3,5%
Fornecedores	93,6	3,9%	88,0	3,7%	88,9	3,5%
Obrigações fiscais	25,2	1,0%	38,6	1,6%	32,3	1,3%
Empréstimos e financiamentos	74,5	3,1%	286,8	12,1%	491,9	19,2%
Outras obrigações	83,6	3,4%	59,0	2,5%	67,5	2,6%
Provisões	40,6	1,7%	41,1	1,7%	40,0	1,6%
Não circulante	650,5	26,8%	426,3	18,0%	414,6	16,2%
Empréstimos e financiamentos	413,8	17,0%	201,7	8,5%	206,4	8,1%
Outras obrigações	22,0	0,9%	22,8	1,0%	56,7	2,2%
Tributos diferidos	60,8	2.5%	43,3	1.8%	8.7	0.3%
Provisões	153,9	6,3%	158,5	6,7%	142,8	5,6%
Patrimônio líquido consolidado	1.374,3	56,6%	1.352,4	57,0%	1.339,5	52,3%
Capital social realizado	966,3	39,8%	966,3	40,8%	966,3	37,7%
Reservas de lucros	273,3	11,3%	263,2	11,1%	254,3	9,9%
Dividendos propostos	-	0,0%	45,0	1,9%	20,0	0,8%
Ajustes de avaliação patrimonial	53,3	2,2%	79,7	3,4%	93,7	3,7%
Ajustes acumulados de conversão	(7,0)	-0,3%	(5,0)	-0,2%	(5,8)	-0,2%
Participação dos acionistas não controladores	(1,4)	-0,1%	3,2	0,1%	11,0	0,4%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas patrimoniais.

Ativo Circulante

O ativo circulante consolidado apresentou um aumento de R\$ 88,5 milhões, ou 9,4%, passando de R\$ 942,5 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.031,0 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 100,2 milhões de aumento nas "aplicações financeiras", ou 115,6%, em decorrência da maximização das aplicações realizadas a taxas de juros maiores em relação às taxas incidentes nos empréstimos e financiamentos.
- R\$ 16,7 milhões de ativos mantidos para venda referentes à divisão de aftermarket na cidade de Limeira, SP. Não houve grupo de ativos e passivos para alienação classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2012.
- R\$ 16,4 milhões de redução de "caixa e equivalentes de caixa", ou -32,5%, em função da dinâmica de saldos de caixa e depósitos bancários em montantes mínimos adequados.
- R\$ 11,4 milhões decorrentes da redução das "Contas a receber clientes" ou -2,9% em relação a

Em 2012, seu ativo circulante diminuiu R\$ 193,1milhões, ou 17,0%, passando de R\$ 1.135,6 milhões 31 de dezembro de 2011 para R\$ 942,5 milhões 31 de dezembro de 2012.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante consolidado apresentou uma redução de R\$ 31,6 milhões, ou -2,2%, passando de R\$ 1.428,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.396,7 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Essa variação é composta principalmente por:

- R\$ 27,3 milhões de redução no intangível, ou -4,3%, basicamente em decorrência do registro contábil da perda na recuperabilidade de ativos no ágio registrado na aquisição da controlada MAHLE Hirschvogel Forjas S.A., no montante de R\$ 29,0 milhões.
- R\$ 19,9 milhões de redução no imobilizado, ou -2,6%, em grande parte em decorrência de reclassificação de bens destinados à venda e uma menor adição de bens ao ativo imobilizado.
- R\$ 10,3 milhões de aumento na conta "outros ativos não circulantes" referentes a tributos a recuperar e outras contas a receber.

Em 2012, o ativo não circulante da Companhia praticamente se manteve, e apresentou um pequeno aumento de R\$ 0,7 milhão, ou 0,05%, passando de R\$ 1.427,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1.428,3 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Passivo Circulante

O passivo circulante da Companhia diminuiu R\$ 189,2 milhões, ou 32%, passando de R\$ 592,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 402,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação é explicada principalmente por:

 R\$ 212,3 milhões de redução na conta de empréstimos e financiamentos, ou -74,0%, basicamente em decorrência da alteração significativa do perfil de sua dívida, diminuindo a participação de curto prazo de 59% para 15%.

Em 2012, o passivo circulante da Companhia diminuiu R\$ 217,0 milhões, ou 26,8%, passando de R\$ 809,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 592,1 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Passivo não Circulante

PÁGINA: 18 de 44

O passivo não circulante da Companhia aumentou R\$ 224,2 milhões, ou 52,6%, passando de R\$ 426,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 650,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação é explicada principalmente por:

• R\$ 212,1 milhões de aumento na conta de empréstimos e financiamentos, ou 105,2%, basicamente em decorrência da alteração significativa do perfil de sua dívida, aumentando a participação de longo prazo de 41% para 85%.

Em 2012, o passivo não circulante da Companhia aumentou R\$ 11,7 milhões, ou 2,8%, passando de R\$ 414,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 426,3 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Patrimônio Líquido

Em 2013, o patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 21,9 milhões em relação ao ano anterior, ou 1,6%, passando de R\$ 1.352,4 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.374,3 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Em 2012, o patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 12,9 milhões em relação ao ano anterior, ou 1,0%, passando de R\$ 1.339,5 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1.352,4 milhões em 31 de dezembro de 2012.

As tabelas a seguir contêm informações extraídas das demonstrações de resultados da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (CONSOLIDADO)						
	31.12.13	AV% (a)	31.12.12	AV% (b)	31.12.11	AV% (c
Receita de venda de bens e/ou serviços	2.393,8	100,0%	2.292,2	100,0%	2.316,9	100,0%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.731,6)	-72,3%	(1.696,6)	-74,0%	(1.755,9)	-75,8%
Resultado bruto	662,2	27,7%	595,6	26,0%	561,0	24,2%
Despesas/receitas operacionais	(350,8)	-14,7%	(327,1)	-14,3%	(311,6)	-13,5%
Despesas com vendas	(164,6)	-6,9%	(154,6)	-6,7%	(150,9)	-6,5%
Despesas gerais e administrativas	(103,7)	-4,3%	(104,2)	-4,5%	(92,3)	-4,0%
Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos	(73,1)	-3,1%	(67,4)	-2,9%	(72,8)	-3,1%
Outras receitas operacionais	97,7	4,1%	61,8	2,7%	136,1	5,9%
Outras despesas operacionais	(107,1)	-4,5%	(62,7)	-2,7%	(131,7)	-5,7%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	311,4	13,0%	268,5	11,7%	249,4	10,8%
Receitas financeiras	117,7	4,9%	95,7	4,2%	132,2	5,7%
Despesas financeiras	(150,5)	-6,3%	(123,2)	-5,4%	(130,6)	-5,6%
Lucro antes dos impostos	278,6	11,6%	241,0	10,5%	251,0	10,8%
Corrente	(62,3)	-2,6%	(28,1)	-1,2%	(21,1)	-0,9%
Diferido	(22,5)	-0,9%	(40,7)	-1,8%	(44,6)	-1,9%
Lucro líquido do exercício	193,8	8,1%	172,2	7,5%	185,3	8,0%
Participação dos acionistas controladores	201,5	8,4%	179,2	7,8%	188,7	8,1%
Participação dos acionistas não controladores	(7,7)	-0,3%	(7,0)	-0,3%	(3,4)	-0,1%
Lucro líquido básico/diluído por ação (em Reais)	1,57029		1,39643		1,47032	

A seguir estão descritas as principais variações nas contas de resultados da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Em 2013 as vendas apresentaram um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior, em função do desempenho no mercado interno de equipamento original (+8,1%) e à evolução favorável do mercado de aftermarket (+2,5%), aliado ao efeito cambial positivo crescente ao longo do ano.

Em 2012 o nível de vendas registrou uma redução de 1,1%, em relação ao ano anterior. Houve uma redução no mercado interno de equipamento original, que foi compensada por aumento nos mercados de peças para reposição. O mercado externo ficou no mesmo nível, devido a um efeito cambial

positivo. O mercado de peças para reposição, tanto interno quanto externo, manteve-se estável ao longo do ano. Houve uma mudança na contabilização da receita, que entrou em vigor em agosto deste ano, relativa à desoneração da folha de pagamento, compreendendo uma redução em uma parcela dos encargos previdenciários. Essa alteração causou um impacto de redução na receita líquida de vendas de cerca de R\$ 7,1 milhões, que foi compensado por uma diminuição nos custos de pessoal.

Em 2011, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 22,7% em relação ao exercício anterior. Desconsiderando a receita de vendas advinda do segmento de anéis de pistão de janeiro a outubro de 2011, o aumento teria sido de 7,2%. Esse desempenho favorável é decorrente, principalmente, da recuperação das vendas nos mercados de exportação.

Vendas ao mercado interno de equipamento original

Em 2013 o resultado das vendas nesse mercado, ao longo do ano, foi decorrente da entrada de novos negócios (coletores de admissão, filtros de ar, eixos de comando de válvulas) e do aumento da produção brasileira e argentina de veículos, bem como de uma recuperação nos segmentos de veículos médios e pesados em relação ao ano anterior.

No ano anterior, apesar da recuperação de vendas no segundo semestre de 2012, em decorrência do aumento nas vendas no segmento de veículos leves, as vendas de equipamento original ao mercado interno não atingiram o nível do ano anterior. O desempenho acumulado ao longo do ano foi fortemente influenciado pela retração da produção no segmento de veículos pesados, onde a Companhia possui uma participação importante (aproximadamente 40% da receita líquida). Mesmo com este cenário desfavorável, as vendas da Companhia foram superiores à evolução do mercado, em decorrência de novos projetos junto a seus clientes (filtros, bielas e camisas de cilindro).

As vendas desse mercado em 2011 apresentaram um crescimento de 14,5% em relação a 2010, em função dos negócios de segmento de anéis da MAHLE Participações. Desconsiderando a receita de vendas advinda do segmento adquirido, esse mercado teria apresentado um aumento de 3,6%, principalmente em decorrência do desempenho das vendas totais de veículos no mercado interno, da relativa estabilidade econômica, bem como aos segmentos de veículos pesados, caminhões e ônibus. No último trimestre de 2011, esse mercado sofreu uma queda dos níveis de produção e fornecimento para o setor automobilístico, em decorrência da adequação nos níveis de estoque de veículos, considerando um estoque que estava em 36 dias em setembro, atingiu 40 dias em outubro, e terminou o ano com 30 dias.

Vendas ao mercado interno de Aftermarket

O resultado desse mercado, em 2013, está associado a variações no mix de produtos e a entrada de novos projetos. Houve, ainda, uma recuperação de vendas no decorrer do ano em função de uma normalização do nível de estoques na rede de distribuidoras.

Em 2012 o resultado do mercado interno de peças para reposição está associado a variações no mix de produtos, ao aumento nos volumes vendidos e a entrada de novos projetos.

Em 2011 esse mercado apresentou uma trajetória de alta ao longo dos primeiros nove meses do ano, e um desaquecimento no último trimestre, encerrando o exercício de 2011 com um crescimento de 16,1% em relação 2010. Esse resultado foi principalmente decorrente da aquisição dos negócios de segmento de anéis da MAHLE Participações. Desconsiderando a receita de vendas advinda do segmento adquirido, esse mercado teria apresentado um aumento de 5,2%, em decorrência dos investimentos em infraestrutura, bem como dos serviços de manutenção da frota de veículos pesados, em virtude da maior frota em circulação.

Vendas ao mercado externo de equipamento original

Houve um aumento na receita de vendas decorrente de um efeito cambial positivo crescente ao longo de 2013, e de uma leve recuperação do mercado europeu em todos os segmentos.

No ano anterior, as vendas de equipamento original ao mercado externo apresentaram estabilidade em relação ao ano anterior, principalmente em decorrência do efeito cambial positivo, e fecharam o ano no mesmo nível do ano anterior.

Em 2011 as vendas desse mercado apresentaram um aumento de 37,1% em relação a 2010. Desconsiderando o segmento de anéis de pistão, o aumento teria sido de 17,7%. Esse resultado foi consequência da recuperação gradativa do setor automobilístico internacional nos mercados de atuação da Companhia, especialmente Estados Unidos da América, bem como de revisões de preços em contratos de fornecimento.

Vendas ao mercado externo de Aftermarket

Em 2013 as exportações nesse mercado registraram uma queda no ano, basicamente em função de um menor nível de vendas na Venezuela.

O resultado das vendas ao mercado externo de *aftermarket*, em 2012, foi basicamente decorrente do efeito cambial positivo registrado ao longo do ano, embora sobre um volume menor de vendas.

Em 2011 as vendas nesse mercado tiveram um crescimento em 2011 em relação ao ano anterior, basicamente em decorrência da aquisição da MAHLE Participações (segmento de anéis de pistão). Desconsiderando a receita de vendas advinda do segmento adquirido, esse mercado teria apresentado uma queda de 17,9%, principalmente em decorrência da redução de vendas, exceto América Latina, em função de aumentos de preços praticados para recuperação de margem.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consolidado, em 2013, aumentou R\$ 35 milhões, ou 2%, passando de R\$ 1.696,6 milhões em 2012 para R\$ 1.731,6 milhões em 2013. Em 2012, o custo dos produtos vendidos consolidado diminuiu R\$ 59,3 milhões, ou 3,4%, passando de R\$ 1.755,9 milhões em 2011 para R\$ 1.696,6 milhões em 2012.

Em 2013, a margem bruta registrou um crescimento de 1,7 p.p. em relação ao ano anterior. Esta melhoria na margem bruta decorre de um incremento da receita líquida de vendas ao mercado externo, da desoneração da folha de pagamento no custo dos produtos vendidos, bem como de melhorias operacionais.

Em 2012, a margem bruta apresentou um aumento de 1,8 p.p. em relação ao ano anterior, com efeitos diferentes ao longo do ano, sendo impactada pelo custo atribuído durante o ano, e pela desoneração da folha de pagamento e efeito cambial no segundo semestre do ano. Além desses fatores, houve um impacto desfavorável em decorrência do baixo nível de produção no segmento de veículos pesados. Em 2011, a margem bruta registrou uma melhoria de 2,3 p.p., e deveu-se principalmente à incorporação da MAHLE Participações (unidade de anéis de pistão) que contribuiu com 1,1 p.p. nesse resultado, além de outros fatores, tais como: desempenho do mercado interno e externo de equipamento original e mercado interno de peças para reposição, que resultou em aumento no volume de vendas; alteração no mix de produtos; bom desempenho do segmento de veículos pesados no ano; revisões de preços em contratos de fornecimento no mercado externo de equipamento original; bem como ao continuo controle de custos. No último trimestre do ano, a redução de produção na indústria automobilística e as férias coletivas mais prolongadas do que inicialmente estimadas para ajuste de estoques, ocasionaram uma maior capacidade ociosa nas linhas de produção, contribuindo para uma diminuição do resultado e da margem bruta.

Receitas e despesas Operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas corresponderam a 6,9% da receita líquida de vendas em 2013, e representaram um aumento de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior, especialmente devido ao gasto com fretes, além de gastos com pessoal de vendas. As despesas com vendas, abrangendo principalmente despesas com fretes e custos de pessoal de vendas, corresponderam a 6,7% da receita líquida de vendas em 2012, e apresentaram um pequeno aumento de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior. Mesmo com esse aumento, houve o início de um contrato de licença de utilização da marca com a matriz MAHLE GmbH, compensado por uma redução de gastos de transporte com fretes especiais. A participação das despesas com vendas em relação à receita líquida de vendas foi de 6,5% em 2011, apresentando uma leve queda de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior, em decorrência do aumento no volume de vendas aliado à redução de transportes com fretes especiais.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas, que compreendem basicamente custos de pessoal administrativo, representaram 4,3% da receita líquida de vendas em 2013, e apresentaram uma queda de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior, em função de uma menor despesa com pessoal administrativo. As despesas gerais e administrativas, que compreendem basicamente custos de pessoal administrativo, representaram 4,5% da receita líquida de vendas em 2012, e registraram um aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. Parte desse aumento foi uma reversão da provisão de seguros ocorrida no segundo trimestre do ano anterior. As despesas gerais e administrativas em relação à receita liquida de vendas registraram um leve crescimento de 0,1 p.p. em 2011 quando comparadas ao ano anterior, passando de 3,9% para 4,0%. Esse aumento deve-se principalmente ao acréscimo das despesas com pessoal e benefícios.

Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos

As despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos, que abrange principalmente custos de pessoal de desenvolvimento, corresponderam a 3,1% da receita líquida de vendas em 2013, e registrando aumento de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior, em decorrência de uma maior despesa com pessoal de pesquisa e desenvolvimento, aliada aos gastos com manutenção. As despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos, que abrange principalmente custos de pessoal de desenvolvimento, corresponderam a 2,9% da receita líquida de vendas em 2012. Houve uma redução em relação ao ano anterior que se refere parcialmente ao final do contrato de tecnologia para produção de pistões com a MAHLE GmbH que terminou em fevereiro. Tais despesas apresentaram um aumento de participação em relação às vendas totais de 0,6 p.p. em 2011, passando de 2,5% para 3,1%. Esse acréscimo é decorrente de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como da aquisição da MAHLE Participações (segmento de anéis) com maior nível de participação de despesas com desenvolvimento de seus produtos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Essa linha registrou, em 2013, uma despesa líquida de R\$ 8,5 milhões, principalmente em função de uma variação na provisão para perdas com intangível, no montante de R\$ 24,5 milhões, em relação ao ano anterior. Outros fatores atuaram positivamente, entre os quais destacam-se as variações dos ganhos e reversões de processos fiscais e trabalhistas, não recorrentes, no montante de R\$ 13,9 milhões, além de outras receitas advindas da venda de sobras de energia elétrica, no montante de R\$ 4,6 milhões.

Em 2012 em relação ao ano anterior, houve dois impactos positivos: uma menor provisão, não recorrente, para perda por redução ao valor recuperável de intangível, proveniente da participação da Companhia na MAHLE Argentina (R\$ 4,5 milhões) registrada no segundo trimestre do ano; além dos

impostos recuperados decorrentes da vantagem fiscal obtida com o programa Reintegra que teve início em dezembro de 2011, e que permitia um crédito fiscal de 3% sobre a receita de exportações de empresas localizadas no Brasil, líquido de PIS/COFINS. Por outro lado, houve os impactos negativos da menor reversão das provisões para contingências trabalhistas, fiscais, e para perdas com produtos. No quarto trimestre de 2012 houve uma reclassificação da provisão relativa à garantia de qualidade, anteriormente classificada nesta conta passou a ser registrada em custos das vendas. O período comparativo de 2011 foi ajustado para refletir esta reclassificação.

O resultado desta conta apresentou uma receita líquida de R\$ 4,4 milhões em 2011, em comparação à despesa de R\$ 42,2 milhões ocorrida no ano anterior. Esse resultado inclui uma provisão para perdas com intangível proveniente das aquisições das controladas MAHLE Argentina (R\$ 21,6 milhões) em função de uma redução de resultados futuros provenientes da situação macroeconômica na Argentina, com alta inflação, sem ajuste no câmbio; e da MAHLE Hirschvogel Forjas (R\$ 6,7 milhões) decorrente de perda de participação de mercado ("market share"). Por outro lado, houve melhoria na redução de outras despesas operacionais em decorrência principalmente de ganhos e reversões de processos trabalhistas e fiscais, bem como de reversão da provisão para perdas com produtos.

Resultado Operacional medido pelo EBITDA

Em 2013 o EBITDA ajustado foi de R\$ 455,2 milhões, correspondente a uma margem de 19,0%. Em relação a 2012, a margem EBITDA cresceu 2,1 p.p. em função de um maior resultado operacional. A tabela a seguir descreve o ajuste no cálculo desta métrica, em função da regulamentação prevista na Instrução CVM nº 527/2012, em vigor a partir de 2013, além da conciliação do EBITDA ajustado (publicado anteriormente) com o cálculo desta métrica sob a nova regulamentação.

Cálculo EBITDA (R\$ milhões)	4T13	4T12	2013	2012
Resultado operacional	37,4	62,6	278,5	241,0
Financeiras, líquidas	5,2	9,3	32,8	27,5
Depreciação	25,9	20,9	90,3	82,0
Depreciação custo atribuído	6,2	7,0	24,6	32,0
EBITDA (Conforme ICVM nº 527/2012)	74,7	99,8	426,2	382,5
Ajuste:				
(+) Provisão para perdas com imobilizado e intangível	29,0	-	29,0	4,5
EBITDA ajustado	103,7	99,8	455,2	387,0
Margens:				
Margem EBITDA (Conforme ICVM nº 527/2012)	13,1%	17,9%	17,8%	16,7%
Margem EBITDA ajustada	18,2%	17,9%	19,0%	16,9%

O cálculo do EBITDA ajustado considera a re-inclusão do "Impairment" do intangível. Deste modo, no quarto trimestre de 2013 foi registrada uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável de intangível na controlada MAHLE Hirschvogel Forjas S.A., no montante de R\$ 29,0 milhões (e de R\$ 4,5 milhões na MAHLE Argentina S.A. no segundo trimestre de 2012).

Em 2011 a margem EBITDA ajustada apresentou uma melhora de 3,1 p.p. em relação ao ano anterior, indicando um incremento significativo na geração operacional de caixa de Companhia, em decorrência da aquisição da MAHLE Participações (unidade de anéis de pistão) que contribuiu com 1,4 p.p, em conjunto com um aumento no volume de vendas e maior margem bruta, comentados anteriormente.

Resultado financeiro líquido

Em 2013, o resultado financeiro líquido apresentou uma variação negativa de R\$ 5,3 milhões, em função, basicamente, do resultado líquido entre as variações cambiais líquidas e resultados com derivativos (instrumentos financeiros utilizados para mitigação das volatilidades cambiais), além da variação monetária líquida decorrente da correção dos processos trabalhistas, fiscais e respectivos depósitos judiciais.

O resultado financeiro líquido, em 2012, foi negativo em R\$ 27,5 milhões. Esse resultado foi decorrente, principalmente, da redução dos juros provenientes de aplicações financeiras, em virtude das quedas do volume aplicado a taxas menores atreladas à taxa básica de juros (Selic), além do aumento no custo médio dos empréstimos e financiamentos. Além desses fatores, o ano de 2011 foi influenciado por uma atualização monetária (que afetou a variação monetária) dos processos trabalhistas, fiscais e respectivos depósitos judiciais, não recorrentes, no montante de R\$ 15,4 milhões.

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 6,3 milhões em 2011 deveu-se basicamente à variação cambial líquida, em decorrência da variação cambial positiva incidente sobre os ativos ao longo do ano. Os instrumentos de *hedge* atuaram de modo a diminuir o efeito da sobrevalorização da moeda brasileira que afetava a rentabilidade das exportações até meados do ano. A partir do segundo semestre do ano, com as cotações do dólar norte-americano e euro mais elevadas, tais instrumentos se tornaram menos efetivos. A variação positiva de R\$ 19,2 milhões em 2011, em relação ao ano anterior, deveu-se à incorporação MAHLE Participações que incrementou o volume de aplicações financeiras; à melhora no resultado dos juros líquidos; bem como da atualização monetária dos processos trabalhistas, fiscais e respectivos depósitos judiciais, no montante de R\$ 15,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social, em 2013, aumentou R\$ 16,0 milhões, passando de R\$ 68,8 milhões em 2012 para R\$ 84,8 milhões em 2013. No ano anterior, o imposto de renda e contribuição social aumentou R\$ 3,1 milhões, passando de R\$ 65,7 milhões em 2011 para R\$ 68,8 milhões em 2012. Essas variações são explicadas basicamente em função da maior geração de resultados tributáveis, bem como, do não reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de controladas.

Lucro líquido do exercício

Em 2013 o lucro líquido foi de R\$ 201,5 milhões e apresentou uma margem líquida de 8,4% no ano, 0,6 p.p. acima da registrada no ano anterior, basicamente em função da melhoria na margem bruta.

O lucro líquido em 2012 foi de R\$ 179,2 milhões e apresentou uma margem líquida de 7,8% no ano, 0,6 p.p. menor em relação ao ano anterior. A redução do lucro líquido, em relação ao ano anterior, ocorreu basicamente em função do efeito não recorrente no ano anterior de R\$ 13,2 milhões, relativo a ganhos e reversões de processos trabalhistas e fiscais.

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2011 aumentou R\$ 105 milhões, passando de R\$ 83,7 milhões em 2010 para R\$ 188,7 milhões em 2011, portanto, um incremento de 126,2%. A melhoria significativa de resultado e margem líquida em relação ao ano anterior deve-se as atividades operacionais da MAHLE Participações Ltda., a um melhor desempenho operacional, ao crescimento da receita líquida de vendas, ao cenário econômico interno favorável e de uma recuperação gradativa dos mercados internacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Quase a totalidade da receita operacional líquida de vendas da Companhia (86,8%, 90,2% e 92,8% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente) advém da venda de componentes para motores. O restante é proveniente da venda de filtros automotores.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macro-Econômico Brasileiro

Em 2013, a atividade econômica foi impulsionada pela ainda resiliente demanda doméstica. A elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses contribuiu para que a inflação mostrasse resistência, a qual, a propósito, se mostrou acima daquela que se antecipava. A atividade industrial no ano cresceu 1,2% frente ao igual período do ano anterior, após apontar uma queda de 2,5% em 2012. A taxa anualizada acumulada nos últimos 12 meses, ao mostrar expansão de 1,2% em dezembro de 2013, mostrou um ligeiro ganho de ritmo frente aos resultados de outubro (1,0%) e novembro (1,1%), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao longo de 2013, o Governo Federal manteve a sua atuação em implementar uma série de medidas com o objetivo de fortalecer as condições para um ambiente macroeconômico doméstico mais favorável. A economia global continuou enfrentando um período de volatilidade e elevada incerteza.

Em 2012 o baixo crescimento da atividade econômica doméstica foi decorrente essencialmente de limitações no campo da produção industrial aliada à fragilidade dos investimentos. No início de março, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2012 totalizou R\$ 4,403 trilhões, representando um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior. Ao longo de 2012, o Governo Federal implementou uma série de medidas com o objetivo de fortalecer as condições para um ambiente macroeconômico doméstico mais favorável, tendo em vista as consequências para a economia brasileira da fragilidade do cenário internacional. A economia global continuou enfrentando um período de elevada incerteza.

Em 2011 a economia brasileira registrou um ciclo de crescimento em ritmo mais condizente com taxas avaliadas como sustentáveis a longo prazo, que se justificou pela taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acumulada no ano recuando de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A moderação no ritmo de crescimento foi perceptível em todos os setores da economia, e resultou, em parte, de ações de política econômica implementadas pelo Governo Federal no final de 2010, potencializadas pela deteriorização do cenário econômico global que se iniciou a partir do terceiro trimestre do ano anterior.

Poder Aquisitivo dos Consumidores

Conforme cresce o poder aquisitivo da população brasileira, aumentam as vendas de veículos novos, ou em menor grau, a manutenção de veículos usados. Como consequência, as vendas dos seus produtos e serviços tendem a crescer.

Flutuações nas Taxas de Câmbio

Uma boa parte da receita de vendas da Companhia é oriunda de suas exportações. Desta forma, uma valorização do real frente às moedas dos seus principais mercados consumidores no exterior, principalmente na região do NAFTA e na União Europeia, encarecem os seus produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

quando cotados naquelas moedas, tornando-os menos competitivos e diminuindo as receitas de suas exportações. Em contrapartida, uma desvalorização do real frente às moedas torna os seus produtos e serviços mais acessíveis, consequentemente tornando-os mais competitivos e aumentando as receitas de suas exportações.

Preços de Matérias Primas

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações das matérias primas que a mesma utiliza em seus processos produtivos. Os insumos metálicos, principalmente alumínio, ferro, níquel, cobre e aço têm grande peso no seu custo dos produtos vendidos.

Em 2013 houve uma diminuição nos preços médios das principais matérias-primas negociadas em mercados organizados, mais uma vez relacionada à desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa. As cotações médias dos produtos na *London Metal Exchange* (LME) em 2013 variaram em relação a 2012 conforme indicado a seguir: alumínio, -8,5%; níquel, -14,0%; cobre, -8,0%; estanho, -6,0%, com exceção do chumbo que registrou uma alta de 4,00% em relação a 2012. Já o ferro-gusa acumulou uma alta de 3,5%; aços para válvulas, +8,0%; e polipropileno, 13% de alta.

Em 2012 houve uma diminuição nos preços médios das principais matérias-primas, principalmente devido ao período de elevada incerteza da economia global e arrefecimento do crescimento econômico da China. As cotações médias dos seguintes produtos na *London Metal Exchange* (LME) em 2012 variaram em relação a 2011 conforme indicado a seguir: alumínio, -16,0%; níquel, -23,0%; cobre, -10,0%; estanho, -19,0%, chumbo -14,0%, bem como ferro-gusa, -3,0%; aços para válvulas, +2,0%; e polipropileno, o%.

Em 2011 houve um aumento nos preços médios das principais matérias-primas em relação ao ano anterior, devido à recuperação econômica dos países emergentes e a retomada gradativa dos principais mercados internacionais. As cotações médias dos seguintes produtos na *London Metal Exchange* (LME) em 2011 variaram em relação a 2010 conforme indicado a seguir: alumínio, +10,4%; níquel, +5,0 %; cobre, +17,1%; estanho, +28,0%, chumbo + 17,1% , bem como ferro-gusa, +6,8%; aços para válvulas, +1,2 %; e polipropileno, +2,8%.

Custos de Mão de Obra

Como as operações da Companhia envolvem o uso intensivo de mão de obra, os custos com mão de obra têm influência significativa nos resultados da Companhia. Os reajustes médios do custo com mão de obra com base nos dissídios coletivos foram de cerca de 9% em 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

Ganhos de Produtividade e Saltos Tecnológicos

Os contratos de fornecimento da Companhia usualmente possuem cláusula de produtividade anual solicitada pelo cliente, que prevê repasse de ganhos de produtividade preestabelecidos. Deste modo, é necessário ganhar produtividade para preservar suas margens.

A Companhia atua em um setor altamente competitivo e que demanda um alto grau de inovação tecnológica. O destaque em seu setor de atuação se dá em função do foco no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, tanto no sentido do lançamento de novos produtos inovadores quanto em novas aplicações e aprimoramentos dos produtos já existentes, visando a *descommoditização* dos mesmos. Os saltos tecnológicos têm historicamente permitido vender produtos e serviços com margens mais elevadas.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Modificação de Preços

Em 2013, houve estabilidade nos preços de seus produtos tanto no mercado interno e externo de equipamento original como no mercado de peças para reposição.

Taxas de Câmbio

Como a receita de vendas da Companhia para o mercado externo é denominada principalmente em dólar norte americano e o euro, enquanto que a sua moeda funcional é o real, valorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito de reduzir sua receita de vendas de exportações, ao passo que desvalorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito contrário.

O quadro a seguir apresenta a evolução das taxas de câmbio médias do dólar norte-americano e euro nos trimestres dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Cotações do dólar norte-americano (US\$) e euro (€)						
3.6		Cotação média do trimestre				
Moeda	Ano	4 T	3T	2T	1T	
	2013	2,27	2,29	2,07	2,00	
R\$/US\$	2012	2,06	2,03	1,96	1,77	
	2011	1,80	1,64	1,60	1,67	
	2013	3,10	3,03	2,70	2,64	
R\$/€	2012	2,67	2,54	2,52	2,32	
	2011	2,42	2,31	2,30	2,28	

Fonte: Bacen

Alteração de Volume

Em 2013 houve aumento na quantidade de volume vendido no mercado interno e nas exportações, contribuindo para o aumento da receita líquida de vendas total.

Aquisição de Ativos

Não houve aquisição de ativos relevante nos três últimos exercícios sociais.

c) Impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia

Os impactos dessas variáveis existem, porém a Companhia busca de forma permanente o aprimoramento de seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de realizar ganhos de produtividade e demais sinergias para absorver os efeitos dessas variáveis. Adicionalmente, para minimizar esses efeitos, a Companhia quando possível mantém contratos de fornecimento com cláusulas de reajuste de preços e operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos financeiros, principalmente, de taxa câmbio e decorrentes da mudança de preços de *commodities* de materiais metálicos empregados na fabricação de seus produtos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em Reunião do Conselho de Administração de 6 de dezembro de 2013 foi autorizado, e em 27 de dezembro de 2013 a Diretoria efetuou a venda de 10% das quotas que a Companhia possuía no capital social da controlada Mahle Metal Leve Miba Sinterizados Ltda. para a Miba Sinter Holding GmbH & Co KG, pelo valor de R\$ 4,6 milhões, possibilitando a essa última a elevação de sua participação na controlada de 30% para 40%, e subscrição de um novo contrato para transferência de tecnologia aplicada a produção de novos produtos com pagamento de royalties de 3% (três por cento) incidentes sobre as vendas desses novos produtos.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há outros eventos ou operações não usuais com efeito relevante em seus resultados operacionais nos últimos três exercícios sociais.

A adoção das IFRS pela Companhia iniciada em 2010, e suas revisões nos anos posteriores, tiveram efeito relevante no preparo de suas demonstrações financeiras e na contabilização de seus resultados operacionais e posição patrimonial, mas não na geração de caixa da Companhia.

10.4. - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

a. Reapresentação dos valores correspondentes

A partir de 01 de janeiro de 2013 com aplicação de ajustes retrospectivos de acordo com o CPC 23 — Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro / IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, a Companhia efetuou a consolidação integral da controlada MAHLE Hirschvogel Forjas S.A., de acordo com o IFRS 10 Consolidated Financial Statement / CPC 36 (R3) — demonstrações consolidadas. De acordo com a avaliação da Administração, essa mudança de política contábil ocorreu porque a Companhia concluiu que, com base nos critérios definidos no IFRS 10 - Consolidated Financial Statement, essa Companhia é uma controlada, enquanto que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, essa Companhia atendia a definição de controlada em conjunto conforme o IAS 31 - interest in joint ventures, e era consolidada parcialmente antes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements / CPC 19 (R2) — negócios em conjunto que eliminou essa opção.

Adicionalmente, para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou e agrupou determinadas transações entre linhas das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As principais mudanças nas políticas contábeis e as reclassificações acima mencionadas impactaram as demonstrações financeiras consolidadas e da controladora, requerendo a reapresentação das cifras comparativas dos balanços patrimoniais, das demonstrações dos resultados, das demonstrações do resultado abrangente, das demonstrações de fluxo de caixa, e das demonstrações do valor adicionado. Os principais ajustes efetuados e os impactos sobre as demonstrações financeiras dos períodos apresentados estão demonstrados a sequir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 01 DE JANEIRO DE 2012

ATIVO	Como anteriormente apresentado	Ajustes-IFRS 10 e 11	Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	342.190	823	343.013
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	349.248	9.563	358.811
Estoques	331.392	7.686	339.078
Tributos a recuperar	72.161	1.394	73.555
Ganhos não realizados com instrumentos derivativos	1.782	-	1.782
Outros ativos	19.103	331	19.434
Total do ativo circulante	1.115.876	19.797	1.135.673
Tributos a recuperar	10.108	393	10.501
Empréstimos com partes relacionadas	15.948	(15.948)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.951	2.165	11.116
Outros investimentos	370	-	370
Imobilizado	737.590	16.204	753.794
Intangivel	642.350	173	642.523
Outros ativos	9.235	24	9.259
Total do ativo não circulante	1.424.552	3.011	1.427.563
Total do ativo	2.540.428	22.808	2.563.236

PASSIVO	Como anteriormente apresentado	Ajustes-IFRS 10 e 11	Reapresentado
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	5.994	31	6.025
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	85.124	3.729	88.853
Impostos e contribuições a recolher	30.503	1.759	32.262
Empréstimos e financiamentos	488.831	3.046	491.877
Obrigações sociais e trabalhistas	86.270	2.197	88.467
Provisões diversas	27.138	449	27.587
Provisões para garantias	11.647	741	12.388
Perdas não realizadas com instrumentos derivativos	18.489	-	18.489
Adiantamento de clientes	7.460	14	7.474
Outros passivos	34.390	1.289	35.679
Total do passivo circulante	795.846	13.255	809.101
Contas a pagar a partes relacionadas	31.170	-	31.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.716	-	8.716
Impostos a recolher	17.478	7.946	25.424
Empréstimos e financiamentos	203.642	2.753	206.395
Provisão para contingências e depósitos judiciais			
vinculados a processos judiciais	141.415	1.409	142.824
Outros passivos	83	-	83
Total do passivo não circulante	402.504	12.108	414.612
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.328.462	-	1.328.462
Participação de não controladores	13.616	(2.555)	11.061
Total do patrimônio líquido	1.342.078	(2.555)	1.339.523
Total do passivo e patrimônio líquido	2.540.428	22.808	2.563.236

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	Como anteriormente apresentado	Ajustes- IFRS 10 e 11	Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	136.279	829	137.108
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	384.836	6.751	391.587
Estoques	302.614	8.807	311.421
Tributos a recuperar	78.677	869	79.546
Ganhos não realizados com instrumentos derivativos	3.028	-	3.028
Outros ativos	19.685	128	19.813
Total do ativo circulante	925.119	17.384	942.503
Tributos a recuperar	9.656	150	9.806
Empréstimos com partes relacionadas	12.088	(12.088)	=
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.077		4.077
Outros investimentos	371	-	371
Imobilizado	749.538	17.447	766.985
Intangivel	637.351	140	637.491
Outros ativos	9.529	31	9.560
Total do ativo não circulante	1.422.610	5.680	1.428.290
Total do ativo	2.347.729	23.064	2.370.793

PASSIVO	Como anteriormente apres entado	Ajustes - IFRS 10 e 11	Reapres entado
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	7.942	31	7.973
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	85.193	2.758	87.951
Impostos e contribuições a recolher	37.145	1.437	38.582
Empréstimos e financiamentos	282.141	4.646	286.787
Obrigações sociais e trabalhistas	76.694	1.914	78.608
Provisões diversas	25.389	812	26.201
Provisões para garantias	14.343	598	14.941
Perdas não realizadas com instrumentos derivativos	9.016	-	9.016
Adiantamento de clientes	6.323	23	6.346
Outros passivos	34.723	955	35.678
Total do passivo circulante	578.909	13.174	592.083
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.940	365	43.305
Impostos a recolher	15.311	7.448	22.759
Empréstimos e financiamentos	191.349	10.396	201.745
vinculados a processos judiciais	156.929	1.492	158.421
Outros passivos	65	-	65
Total do passivo não circulante	406.594	19.701	426.295
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.349.080	-	1.349.080
Participação de não controladores	13.146	(9.811)	3.335
Total do patrimônio líquido	1.362.226	(9.811)	1.352.415
Total do passivo e patrimônio líquido	2.347.729	23.064	2.370.793

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO NO PERÍODO DE 01.01.2012 A 31.12.2012

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Como anteriormente apresentado	Ajustes- IFRS 10 e 11	Reapresentado
Receita	2.228.803	63.392	2.292.195
Custo das vendas	(1.638.203)	(58.440)	(1.696.643)
Lucro bruto	590.600	4.952	595.552
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(152.207)	(2.424)	(154.631)
Despesas gerais e administrativas	(101.399)	(2.761)	(104.160)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento de produtos	(67.385)	(1)	(67.386)
Outras receitas (despesas)	119	(1.066)	(947)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras			
líquidas e impostos	269.728	(1.300)	268.428
Receitas financeiras	95.474	260	95.734
Despesas financeiras	(119.501)	(3.686)	(123.187)
Receita (despesas) financeiras líquidas	(24.027)	(3.426)	(27.453)
Lucro antes dos impostos	245.701	(4.726)	240.975
Imposto de renda e contribuição social correntes	(28.052)	-	(28.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.135)	(2.529)	(40.664)
Imposto de renda e contribuição social	(66.187)	(2.529)	(68.716)
Lucro líquido do exercício	179.514	(7.255)	172.259
Lucro líquido atribuído para:			
Acionistas controladores	179.174	-	179.174
Acionistas não controladores	340	(7.255)	(6.915)
Lucro líquido do exercício	179.514	(7.255)	172.259

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Como anteriormente apresentado	Ajustes-IFRS 10 e 11	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	179.514	(7.255)	172.259
Resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Variação líquida de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	3.184	-	3.184
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	(1.082)	-	(1.082)
Ajustes acumulados de conversão	593	-	593
Imposto de renda sobre os ajustes acumulados de conversão	118	-	118
Outros componentes do resultado abrangente	2.813	-	2.813
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social	182.327	(7.255)	175.072
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores	181.987	-	181.987
Acionistas não controladores	340	(7.255)	(6.915)
Resultado abrangente total	182.327	(7.255)	175.072

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Como anteriormente apres entado	Reclassificação (*)	Valor reclassificado	Ajustes-IFRS 10 e 11	Valor ajustado reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos	179.514	66.187	245.701	(4.726)	240.975
Ajustes para:					
Depreciações e amortizações	111.467	-	111.467	2.563	114.030
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	63.280	-	63.280	2.194	65.474
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(7.535)	=	(7.535)	-	(7.535)
Resultado na venda de ativo imobilizado	(109)	=	(109)	(362)	(471)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.135	(38.135)	=	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	346	=	346	(27)	319
Provisões para contingências e riscos fiscais	(924)	15.746	14.822	196	15.018
Provisões para garantias	9.534	=	9.534	(7)	9.527
Provisões diversas	(2.112)	-	(2.112)	363	(1.749)
Provisão para perdas com imobilizado e intangível	4.309	-	4.309	393	4.702
Provisão para perdas nos estoques	3.274	-	3.274	(190)	3.084
Participação dos acionistas não controladores nos Dividendos e JCP	(445)	445	-	-	-
(Aumento) diminuição nas contas de ativo					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(30.878)	(5.055)	(35.933)	2.839	(33.094)
Estoques	26.174	=	26.174	(917)	25.257
Tributos a recuperar	11.773	(27.192)	(15.419)	768	(14.651)
Outros ativos	(876)	=	(876)	196	(680)
Aumento (diminuição) nas contas de passivo					
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	(31.740)	-	(31.740)	(971)	(32.711)
Obrigações sociais e trabalhistas	(9.576)	=	(9.576)	(283)	(9.859)
Impostos e contribuições a recolher	4.475	=	4.475	(820)	3.655
Outros passivos	353	(22.502)	(22.149)	(763)	(22.912)
Provisão para garantias	(6.759)	6.759	-	-	-
Adiantamento de clientes	(1.137)	-	(1.137)	9	(1.128)
Caixa gerado nas operações	360.543	(3.747)	356.796	455	357.251
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(17.837)	(860)	(18.697)	-	(18.697)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	342.706	(4.607)	338.099	455	338.554
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Empréstimos concedidos a controladas	-	(8.796)	(8.796)	8.796	-
Liquidação de empréstimos de controladas	-	13.850	13.850	(13.850)	-
Adições ao imobilizado	(124.168)	-	(124.168)	(3.818)	(127.986)
Adições ao intangível	(2.044)	=	(2.044)	(15)	(2.059)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	1.836	-	1.836	16	1.852
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(124.376)	5.054	(119.322)	(8.871)	(128.193)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de financiamentos	294.916	=	294.916	12.253	307.169
Amortização de principal de financiamentos	(524.261)	-	(524.261)	(3.026)	(527.287)
Amortização de juros de financiamentos	(40.271)	-	(40.271)	(800)	(41.071)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(159.458)	-	(159.458)	-	(159.458)
Participação dos acionistas não controladores nos Dividendos e JCP		(447)	(447)	-	(447)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(429.074)	(447)	(429.521)	8.427	(421.094)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(210.744)	-	(210.744)	11	(210.733)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	342.190	=	342.190	823	343.013
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.833	=	4.833	(5)	4.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	136.279	-	136.279	829	137.108

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DA CONTROLADORA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - CONTROLADORA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Como anteriormente apresentado	Reclassificação (*)	Valor reclassificado	Ajustes- IFRS 10 e 11	Valor ajustado reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos	179.174	57.545	236.719	-	236.719
Ajustes para:					
Depreciações e amortizações	98.295	=	98.295	=	98.295
Resultado da equivalência patrimonial	(16.301)	-	(16.301)	-	(16.301)
Provisão para desvalorização de participação societária	7.933	-	7.933	-	7.933
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	40.040	-	40.040	-	40.040
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(7.229)	-	(7.229)	-	(7.229)
Resultado na venda de ativo imobilizado	78	-	78	-	78
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.275	(33.275)	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	656	- 14 402	656	-	656
Provisões para contingências e riscos fiscais	(295)	14.492	14.197	-	14.197
Provisões para garantias	7.355	_	7.355 (2.337)	-	7.355
Provisões diversas Provisão para perdas com imobilizado e intangível	(2.337)	-	(2.337)	-	(2.337) 3.899
Provisão para perdas com mobilizado e intangiver	1.681	_	1.681	_	1.681
Aumento de capital em controlada	(3.000)	3.000	-	-	1.001
(Aumento) diminuição nas contas de ativo					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(8.020)	(12.726)	(20.746)	-	(20.746)
Estoques	26.789	-	26.789	-	26.789
Tributos a recuperar	13.075	(23.453)	(10.378)	-	(10.378)
Outros ativos	(875)	-	(875)	-	(875)
Aumento (diminuição) nas contas de passivo					
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.621	-	2.621	-	2.621
Obrigações sociais e trabalhistas	(9.838)	-	(9.838)	-	(9.838)
Impostos e contribuições a recolher	5.575	-	5.575	-	5.575
Outros passivos	1.655	(20.995)	(19.340)	-	(19.340)
Provisão para garantias	(6.501)	6.501	-	-	-
Adiantamento de clientes	551	-	551	-	551
Caixa gerado nas operações	368.256	(8.911)	359.345	-	359.345
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(16.603)	(816)	(17.419)	-	(17.419)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	351.653	(9.727)	341.926	-	341.926
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controlada	11.537	-	11.537	-	11.537
Empréstimos concedidos a controladas		(20.116)	(20.116)	-	(20.116)
Liquidação de empréstimos de controladas	(102.451)	32.843	32.843	-	32.843
Adições ao imobilizado	(102.464)	-	(102.464)	-	(102.464)
Adições ao intangível	(1.851) 1.178	-	(1.851) 1.178	_	(1.851)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado Aumento de capital em controlada	1.178	(3.000)	(3.000)	-	1.178 (3.000)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(91.600)	9.727	(81.873)	-	(81.873)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de financiamentos	161.174	-	161.174	-	161.174
Amortização de principal de financiamentos	(422.596)	-	(422.596)	-	(422.596)
Amortização de juros de financiamentos	(32.581)	-	(32.581)	-	(32.581)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(159.802)	-	(159.802)	-	(159.802)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(453.805) (193.752)		(453.805) (193.752)	-	(453.805) (193.752)
		•			
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	313.608	-	313.608	-	313.608
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.746	-	2.746	=	2.746
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	122.602	-	122.602	-	122.602

(*) As principais reclassificações nas transações correspondentes na demonstração dos fluxos de caixa se devem: i) Ajustes ao resultado nas atividades operacionais a partir do "Lucro antes dos impostos". Anteriormente a Companhia partia do "Lucro líquido", consequentemente as linhas de "imposto de renda e contribuição social diferidos" e "tributos a recuperar" foram diminuídas em R\$ 38.135 (consolidado) R\$ 33.275 (controladora) e R\$ 27.192 (consolidado) R\$ 23.453 (controladora), respectivamente; ii) Reclassificação de constituições e reversões em provisões para contingências no valor de R\$ 15.746 (consolidado) R\$ 14.492 (controladora) para a linha "Provisões para contingências e riscos fiscais" que anteriormente estavam apresentadas na linha "Outros passivos"; iii) Agrupamento da linha "Provisão para garantias" no valor de R\$ 6.759 (consolidado) R\$ 6.501 (controladora) com a linha "Outros passivos"; iv) Reclassificação de empréstimos concedidos a

controladas e liquidação de empréstimos à controladas nos valores de R\$ 8.661 (consolidado) R\$ 19.981 (controladora) e R\$13.715 (consolidado) R\$ 32.708 (controladora), respectivamente, para as atividades de investimentos. Anteriormente esses valores líquidos R\$ 5.055 (consolidado) R\$ 12.726 (controladora) estavam apresentados na linha "Contas a receber de clientes e partes relacionadas" nas atividades operacionais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	Como anteriormente apresentado	Reclassificação (**)	Valor reclassificado	Ajustes - IFRS 10 e 11	Valor ajustado reapresentado
Receitas	2.738.807	-	2.738.807	82.167	2.820.974
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.741.636	-	2.741.636	82.145	2.823.781
Outras receitas	407	-	407	(5)	402
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.236)	-	(3.236)	27	(3.209)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.551.278)	280	(1.550.998)	(58.343)	(1.609.341)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(809.171)	-	(809.171)	(42.696)	(851.867)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(738.171)	280	(737.891)	` ′	(752.960)
Perda/recuperação de valores ativos	(3.936)	-	(3.936)	(578)	(4.514)
Valor adicionado bruto	1.187.529	280	1.187.809	23.824	1.211.633
Depreciação e amortização	(111.467)	-	(111.467)	(2.563)	(114.030)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.076.062	280	1.076.342	21.261	1.097.603
Valor adicionado recebido em transferência	95.754	(280)	95.474	260	95.734
Receitas financeiras	95.754	(280)	95.474	260	95.734
Valor adicionado total a distribuir	1.171.816	-	1.171.816	21.521	1.193.337
Distribuição do valor adicionado	1.171.816	-	1.171.816	21.521	1.193.337
Pessoal	429.140	-	429.140	8.987	438.127
Impostos, taxas e contribuições	442.297	-	442.297	16.593	458.890
Remuneração de capitais de terceiros	120.865	-	120.865	3.196	124.061
Juros	33.193	9.077	42.270	2.854	45.124
Aluguéis	1.006	-	1.006	-	1.006
Variação cambial, monetária e outros	86.666	(9.077)	77.589	342	77.931
Remuneração de capitais próprios	179.514	-	179.514	(7.255)	172.259
Dividendos e juros sobre o capital próprio	141.446	-	141.446	-	141.446
Lucros retidos	37.728	-	37.728	-	37.728
Participação dos não controladores nos lucros retidos	340	-	340	(7.255)	(6.915)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - CONTROLADORA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	Como anteriormente apresentado	Reclassificação (**)	Valor reclassificado	Ajustes- IFRS 10 e 11	Valor ajustado reapresentado
Receitas	2.300.485	-	2.300.485	-	2.300.485
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.301.144	-	2.301.144	-	2.301.144
Outras receitas	(295)	-	(295)	=	(295)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(364)	-	(364)	-	(364)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.298.451)	280	(1.298.171)	-	(1.298.171)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(649.437)	-	(649.437)	-	(649.437)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(643.885)	280	(643.605)	-	(643.605)
Perda/recuperação de valores ativos	(5.129)	-	(5.129)	-	(5.129)
Valor adicionado bruto	1.002.034	280	1.002.314	-	1.002.314
Depreciação e amortização	(98.296)	-	(98.296)	-	(98.296)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	903.738	280	904.018	-	904.018
Valor adicionado recebido em transferência	88.214	(280)	87.934	-	87.934
Resultado de equivalência patrimonial	8.368		8.368		8.368
Receitas financeiras	79.846	(280)	79.566	-	79.566
Valor adicionado total a distribuir	991.952	-	991.952	-	991.952
Distribuição do valor adicionado	991.952	-	991.952	-	991.952
Pessoal	342.762	=	342.762	-	342.762
Impostos, taxas e contribuições	385.448	=	385.448	-	385.448
Remuneração de capitais de terceiros	84.568	-	84.568	-	84.568
Juros	27.305	-	27.305	-	27.305
Variação cambial, monetária e outros	57.263	-	57.263	-	57.263
Remuneração de capitais próprios	179.174	-	179.174	-	179.174
Dividendos e juros sobre o capital próprio	141.446	-	141.446	-	141.446
Lucros retidos	37.728	-	37.728	-	37.728

(**) As principais reclassificações nas transações correspondentes na DVA se devem da reclassificação de uma parcela de variação anteriormente classificada em juros.

b. Novos pronunciamentos contábeis vigentes no exercício

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) CPC 26 (R1)/IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para resultado em momento subsequente.
- (ii) CPC 33 (R2)/IAS 19 "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida.
- (iii) CPC 40 (R1)/IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- (iv) CPC 45/IFRS 12 "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.
- (v) CPC 46/IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e

reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MAHLE Metal Leve S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas que são revistas de uma maneira contínua.

Impairment de Ágio

A administração da Companhia avalia o ágio apurado nos seus investimentos em companhias controladas utilizando o método de fluxo de caixa descontado onde os ativos são analisados separadamente para cada unidade geradora de caixa para identificar a existência de perdas de recuperabilidade (*impairment*), com consequente registro de provisões quando o valor de recuperação for inferior ao valor do ativo registrado.

Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis.

Em dezembro de 2013 a Companhia identificou e registrou a perda na recuperabilidade de ativos para a totalidade do ágio da controlada MAHLE Hirschvogel Forjas S.A. no montante de R\$ 29.037, resultando a baixa do total do ágio no montante de R\$ 35.755. Esta perda apurada é proveniente da redução de resultados futuros em função da perda de *market share*.

Em junho de 2012, com base nas projeções efetuadas pela Administração foi identificado e registrado um complemento para a perda na recuperabilidade de ativos para o ágio da controlada MAHLE Argentina S.A., no montante de R\$ 4.454 (R\$ 21.564 registrado em 2011), estas perdas apuradas são provenientes da situação macroeconômica da Argentina. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment*.

Em 2011, foi identificada e registrada perda na recuperabilidade de ativos para o ágio da controlada em conjunto MAHLE Hirschvogel Forjas S.A., no montante de R\$ 6.718. A perda apurada é proveniente de redução de *market share*, que afeta diretamente o fluxo de caixa dos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou o teste de impairment da controlada MAHLE Argentina S.A. e da UGC (unidade geradora de caixa) da MAHLE Metal Leve S.A. referente o segmento de anéis e não identificou necessidade de provisão de *impairment*.

Valores Justos dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Para proteger o saldo de exposição cambial das contas a receber e a pagar em moeda estrangeira da Companhia às variações nas taxas de câmbio e nas oscilações nos preços das matérias-primas níquel, cobre, alumínio e estanho, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos. Esses instrumentos consistem substancialmente de operações de venda e compra de contratos a termo e são reconhecidos e mensurados pelo seu valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado exceto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de *hedge accounting*.

Hedge accounting é a designação de um ou mais contratos com instrumentos financeiros derivativos realizados com terceiros, com o objetivo de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa ou no valor justo de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, desde que esta designação seja efetiva.

• Hedge de fluxo de caixa

É o hedge da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que podem impactar o resultado da Companhia, dos quais se destacam: operações sobre contas a receber e a pagar em moeda estrangeira, vendas a serem realizadas e commodities a serem adquiridas. As alterações no valor justo do instrumento financeiro derivativo como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o hedge é considerado efetivo. Se o hedge não for considerado efetivo, as alterações do valor justo são consideradas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

no resultado. O ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" é transferido para o resultado ao mesmo tempo em que o item protegido de *hedge* afetar o resultado ou quando o critério para a contabilização de hedge é descontinuado.

Perdas com Contratos

As perdas com contratos referem-se a perdas estimadas em contratos de fornecimentos futuros para o mercado interno e de exportação. Neste contexto, para determinados contratos calcula-se a expectativa de perdas tendo em vista diversos fatores, tais como: (i) a diferença entre o preço atual de venda e o custo atual (incluídas as despesas de comercialização) e essa diferença, se negativa, é multiplicada pelo volume de vendas projetado, e o valor resultante é provisionado e (ii) uma variação significativa das taxas cambiais para a qual se espera incorrer numa perda para vendas ao mercado externo já contratadas. A provisão para perdas com contratos é constituída com base em uma análise das vendas contratadas em carteira para os meses subsequentes e realizada em montantes tidos como suficientes para fazer face às perdas estimadas.

Vidas Úteis de Ativos Imobilizados

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

Atualmente, a Companhia utiliza o método de depreciação linear que, durante os procedimentos para reavaliação dos ativos, passou por uma revisão, porém não foram identificadas mudanças significativas. Sendo assim, as taxas de depreciação, bem como a vida útil estimada dos ativos, permanecem as mesmas conforme demonstrado abaixo:

Método de depreciação do Custo de Aquisição e Construção

	Vida útil estimada (Em anos)	Taxa depreciação (Anual)
Terrenos	Não mensurável	=
Edifícios e construções	25 anos	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	5 a 10 anos	10-20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Bens de transporte	5 anos	20%
ii. Método de depreciação do Custo Atribuído		
	Vida útil	Taxa
	estimada	depreciação
	(Em anos)	(Anual)
Terrenos	Não mensurável	-
Edifícios e construções	25 a 38 anos	4 a 3%
Máquinas, equipamentos e instalações	1 a 10 anos	100 a 10%
Móveis e utensílios	1 a 10 anos	100 a 10%
Bens de transporte	1 a 5 anos	100 a 20%

Avaliação de Recuperabilidade de Estoques

A Companhia revisa trimestralmente o valor de venda dos estoques com base nas tabelas de preços vigentes à época, líquido de impostos, bem como a demanda esperada para os mesmos, visando garantir que os estoques sejam registrados pelo menor valor entre o seu custo histórico médio e o valor líquido de realização esperado. Se o valor líquido de realização esperado for menor que o custo

PÁGINA: 39 de 44

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

histórico médio, a Companhia faz uma provisão. Os fatores que podem impactar a demanda e os preços estimados de venda incluem o momento e sucesso de futuras inovações tecnológicas, as ações dos concorrentes, os preços dos fornecedores e as tendências econômicas.

Provisão para Garantia

A Companhia oferece garantias de seus produtos e estima, a valor presente, o valor do custo de reclamações de garantias futuras para as vendas do período corrente. A Companhia constitui provisões para garantias com base em informações de reclamações históricas de garantia, assim como tendências recentes que poderiam sugerir que as informações passadas de custo podem diferir de reivindicações futuras. Com relação a casos já identificados à Companhia constitui provisões para garantias estimando o montante de recursos a serem despendidos na substituição e reparo de produtos, incluindo em decorrência de *recalls*.

Provisão para Contingências

A Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras — Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando imperfeições e providências adotadas para corrigilas

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos, tendo como objetivo o tratamento dos riscos identificados que ameaçam a realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Os controles internos da Companhia relativos à preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações da Companhia; (ii) fornecem segurança de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão feitos somente de acordo com autorizações da Administração da Companhia; e (iii) asseguram à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Contudo, o controle interno, independentemente da qualidade da sua estrutura e operação, pode reduzir, mas não eliminar, os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, por causa das limitações inerentes ao controle interno. Essas limitações incluem, por exemplo, a possibilidade de erros ou equívocos humanos, controles contornados por conluio ou burla, controles internos se tornar inadequados devido a mudanças nas condições.

Deste modo, ressalvadas as limitações inerentes aos controles internos, em linhas gerais, os controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras têm sido eficientes e adequados em relação aos três últimos exercícios sociais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, seus auditores independentes consideraram seus sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Apesar de a auditoria específica e consequente emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos não estar prevista no escopo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, seus auditores emitiram relatório de recomendações que incluem comentários sobre seus controles internos que apontou oportunidades de melhoria nos processos analisados e relacionados à elaboração das demonstrações contábeis examinadas.

Tais comentários não comprometem a fidedignidade das demonstrações financeiras, e os tópicos identificados como passíveis de melhorias estão recebendo atenção da Companhia no contexto de um contínuo esforço para o aprimoramento do seu ambiente de controles internos.

Assim, a Companhia não tem conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil nos três últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos em decorrência da distribuição pública de ações ordinárias ocorrida em junho de 2011, visto que tais recursos foram revertidos integralmente ao acionista vendedor MAHLE Industriebeteiligungen GmhH.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos em decorrência da distribuição pública de ações ordinárias ocorrida em junho de 2011.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não recebeu quaisquer recursos em decorrência da distribuição pública de ações ordinárias ocorrida em junho de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- 10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras
- a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nessa Proposta da Administração e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Natureza e propósito da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.